

Néstor García Canclini

# A GLOBALIZAÇÃO IMAGINADA

*Tradução*

Sérgio Molina

UUM/URAS

Copyright © 2003:  
Néstor García Canclini

Copyright © desta edição:  
Editora Iluminuras Ltda.

Capa:  
Fê

*Estúdio A Garajuba Amarela*  
sobre detalhe da série *Imortalidades* (2003),  
vídeo-instalação, São Paulo-Roma, Rachel Rosalen.

Revisão:  
Ariadne Escobar Branco

*Filmes de capa:*  
Fast Film - Editora e Forolito

*Composição e filmes de miolo:*  
Iluminuras

ISBN: 85-7321-197-0

## INTRODUÇÃO

Cultura e política nos imaginários da globalização, 7  
Globalizações circulares e tangenciais, 8  
Primeiras questões de método, 13

## I - NARRATIVAS, METÁFORAS E TEORIAS

### CAPÍTULO 1

Globalizar-se ou defender a identidade: como escapar dessa opção, 19  
Integração de cidadãos ou *lobby* empresarial, 20  
Quando Davi não sabe onde está Golias, 24  
Modos de imaginar o global, 29  
Espetáculos da globalização e melodramas da interculturalidade, 31

### CAPÍTULO 2

A globalização: objeto cultural não-identificado, 41  
Internacionalização, transnacionalização, globalização, 41  
O que existe entre McDonald's e Macondo, 46  
Rostais para um bestiário da globalização, 48  
Fazer trabalho de campo sobre o México em Edimburgo, 54  
Das narrativas à teoria cultural da globalização, 56

### CAPÍTULO 3

Mercado e interculturalidade: a América Latina entre a Europa e os Estados Unidos, 69  
Migrações de ontem e de hoje, 71  
Conflitos de narrativas sobre as identidades, 76  
a) *O binarismo maniqueísta*, 79  
b) *O encontro intercultural*, 81  
c) *O fascínio distante*, 82  
d) *As identidades incommensuráveis*, 86  
e) *Americanização dos latinos, latinização dos Estados Unidos*, 88  
f) *A boa vizinhança sob a tutela norte-americana*, 92  
O espaço cultural latino-americano e os circuitos transnacionais, 94

### CAPÍTULO 4

Não sabemos como chamar os outros, 99  
O multiculturalismo intraduzível, 100  
Circuitos interculturais, 109  
Cidadanias multiformes, 113

2003

EDITORIA ILUMINURAS LTDA.

Rua Oscar Freire, 1233 - 01426-001 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: (0xx11)3068-9433 / Fax: (0xx11)3082-5317

iluminur@iluminuras.com.br

www.iluminuras.com.br

As novidades tecnológicas e os altos investimentos econômicos facilitam hoje megaposições itinerantes de artes visuais, produções editoriais, musicais e televisivas multinacionais, editar tudo com qualidade semelhante e difundi-lo imediatamente no mundo inteiro. Mas deixam pouco espaço e pouco tempo para o risco, a correção e os experimentos sem a garantia de grandes lucros. Dada a parcial regionalização da produção, atenta, até certo ponto, à diversidade do mundo, o mais inquietante da globalização perpetrada pelas indústrias culturais não é a homogeneização do diferente, e sim a institucionalização comercial das inovações, da crítica e da incerteza.

## CAPITAIS DA CULTURA E CIDADES GLOBAIS

A que lugar eu pertencço? A globalização nos leva a reimaginar a nossa localização geográfica e geocultural. As cidades, e sobretudo as megacidades, são lugares onde essa questão se torna intrigante. Ou seja, espaços onde se apaga e se torna incerto o que antes se entendia por "lugar". Não são áreas delimitadas e homogêneas, mas espaços de interação em que as identidades e os sentimentos de pertencimento são formados com recursos materiais e simbólicos de origem local, nacional e transnacional.

Quando nos perguntam onde moramos, a resposta tampouco é simples. Os "hábitats de significado", como são chamados por Zygmunt Bauman, são espaços que se expandem e se contraem. Vivemos em "hábitats de ofertas difusas e escolhas livres" (Bauman, 1992: 190; Hannerz, 1996: 42-43). As vezes não tão livres assim, mas condicionadas por uma variedade de informações e estilos provenientes de muitos locais de pertencimento além do próprio, e que fazem com que este se torne múltiplo e flexível. Imaginamos os lugares de pertencimento residindo e viajando, dentro da cidade e entre cidades.

A comparação entre cidades da Europa, Estados Unidos e América Latina é um bom recurso para verificar que a articulação entre as diferenças internas de cada urbe — e do local, nacional e global nelas — varia notoriamente. Nos Estados Unidos, muitas cidades vêm se transformando, segundo Amalia Signorelli, "em constelações de guetos, miseráveis ou de luxo, reciprocamente segregados, que, quando se conectam a circuitos nacionais de integração política, econômica e cultural, fazem-no de maneira isolada, cada um por si". Esses circuitos, por sua vez, são muitas vezes dirigidos "por centrais de comando que não necessariamente fazem parte de uma cidade". Por outro lado, os processos e mecanismos de integração interna dos guetos, "se localizam e miniaturizam cada vez mais, adotam contornos na escala interna do gueto, reforçando assim suas características de isolamento e segregação" (Signorelli, 1996b: 54-55). Richard Senett mostrou que as segregações étnicas e de classe nas cidades norte-americanas, a necessidade de estar sempre "entre os nossos", é fonte de desconfiança e intolerância, de hostilidade para com os forasteiros, reforçada por uma obsessão paranoica pela ordem (Senett, 1996: 101-109). Zygmunt Bauman comenta que em cidades ou bairros tão

*guetos urbanos*

*"lugar"*

homogêneos é difícil "adquirir as qualidades de caráter e as destrezas necessárias para confrontar as diferenças entre seres humanos e as situações de incerteza", razão pela qual a inclinação predominante "é temer o outro, pela simples razão de ser outro" (Bauman, 1999: 64).

Na Europa e nas cidades latino-americanas formadas a partir de modelos europeus, sobretudo espanhóis e portugueses, as cidades cumpriram funções modernizadoras e integradoras dos migrantes, tanto estrangeiros como de diversas regiões do próprio país. Mesmo estabelecendo uma separação entre bairros ricos e pobres, centro e periferia, fomentaram a convivência intercênica. Foi um modo desigual, mas, em geral, menos segregador, de articular o local com o proveniente de outras partes da nação e de outras nações.

Nas duas últimas décadas, o crescimento quantitativo de migrantes (em Paris e Berlim, Buenos Aires e São Paulo, entre outras cidades) e o aumento da insegurança levaram ao entrincheiramento em condomínios fechados e monitorados por sistemas deslocalizados de vigilância, o que vem tornando o uso do solo e a fragmentação das interações cada vez mais semelhantes ao modelo norte-americano. Ainda prevalece, porém, a concepção urbanística integradora, de modo que, tanto para as classes médias como para os setores populares, as grandes cidades são âmbitos disponíveis para a interculturalidade, possivelmente "os únicos espaços onde é possível fazer circular a informação e comparar as experiências junto a uma concentração de pessoas suficientemente ampla para constituir um conjunto de relações relevantes em relação ao sistema social global" (Signorelli, 1996a: 55). As passagens e manifestações, os protestos de trabalhadores e estudantes, de mulheres e vizinhos, as rádios comunitárias e as televisões transnacionais são acontecimentos urbanos, enunciações que surgem das cidades e falam sobretudo do que se vive nelas e entre elas. Também nos Estados Unidos são essas ações urbanas e essas redes de base urbana os movimentos e circuitos onde a segregação é superada, ainda que de forma circunstancial.

## O RENASCIMENTO DO URBANO

Quero indagar mais especificamente em que sentido as grandes cidades são espaços para imaginar a globalização e articulá-la com o nacional e o local. Essa questão foi elaborada, durante os anos 90, em relação às megálopoles globais do Primeiro Mundo. Saskia Sassen, que inaugurou essa linha de pesquisa com Nova York, Londres e Tóquio, e Manuel Castells, Jordi Borja e Peter Hall, que aplicam a cidades europeias, alteram a visão alarmista sobre a decadência do urbano predominante nos estudos dos anos 80. Em contraposição às imagens de megacongestionamentos, poluição, delinqüência e demais mazelas, o urbanismo

*Quero mais detalhes*

globalizador fala em grandes avanços econômicos, parcial interrupção do declínio populacional e grandes projetos de reurbanização. Como argumento para essa tendência transformadora, cita-se também a revitalização do centro ocorrida em algumas cidades. Paolo Perulli cita como exemplo disso Paris e Berlim. A primeira, porque colhe hoje os frutos de grandes políticas construtivas empreendidas em décadas anteriores; Berlim, graças aos processos de unificação da Alemanha e da Europa (Sassen, 1998; Castells, 1995; Borja e Castells, 1997; Hall, 1996; Perulli, 1995).

Além disso, algumas metrópoles regionais estão assumindo um novo papel nesse sentido, particularmente entre as localizadas no arco meridional europeu, como Barcelona, Munique, Lyon, Zurique, Milão e Frankfurt. Observa-se um ressurgimento econômico e cultural dessas cidades, aumenta o emprego, não apenas o terciário mas também o industrial, que estava em declínio, formam-se novas redes imateriais de infra-estrutura, promovem-se monumentais obras públicas. Um fenômeno semelhante se consolidou também de Nova York: a cidade cuja violência e degradação levava um urbanista a defini-la como "a estação terminal da civilização ocidental" (Koolhaas, 1994) assistiu à redução, nos últimos anos, do número de assassinatos e roubos (graças às câmeras de vigilância?), empreendeu a construção de novos centros de arte e negócios, é sede de empresas editoriais poderosas, 100 jornais, 240 revistas e 160 mil domínios de Internet.

Que requisitos deve cumprir uma cidade para ser global? Os autores citados assinalam os seguintes: <sup>(a)</sup> forte presença de empresas transnacionais, especialmente de organismos de gestão, pesquisa e consultoria; <sup>(b)</sup> mistura multicultural de habitantes nacionais e estrangeiros; <sup>(c)</sup> prestígio decorrente da concentração de elites artísticas e científicas; <sup>(d)</sup> alta porcentagem de turismo internacional (Borja e Castells, 1997; Hannerz, 1998; Sassen, 1998).

É possível perguntar-se até que ponto é real essa revitalização do urbano e quem se beneficia com o desenvolvimento de focos ultramodernizados, que a maioria vê apenas como espetáculo. Essa crítica já foi feita em relação a várias das cidades citadas acima. Em outubro de 1998, visitei o coração de Berlim em plena remodelação, onde 250 mil pessoas trabalhavam dia e noite erguendo os prédios projetados por Norman Foster, Renzo Piano, Ming Pei e outros arquitetos famosos. O que mais impressionava era a rapidez com que estavam tapando a enorme cicatriz deixada pelo muro que dividia as duas Alemanhas na área da Postdammer Platz. Havia ainda poucos edifícios, e o mais visível ali era o enorme buraco em obras, onde não se podia entrar. Mas era possível subir ao InfoBox, magnífica torre-terraço vermelha onde se exibiam vídeos mostrando como ficaria a construção. Também havia ali uma loja onde se vendiam "fotos" simuladas em computador dos edifícios em construção, folhetos, objetos decorativos, camisetas, vídeos, pôsteres e canecos com imagens do que ainda não se construiria, até um quebra-cabeça dos

edite nos virtuais e um CD-ROM interativo. O visitante pode "participar" do maior centro de negócios da Europa e sentir-se simbolicamente co-participante, como espectador, daquilo que a Daimler-Benz, Sony e outras corporações transnacionais estão edificando! A modernização globalizadora é oferecida como espetáculo para aqueles que, a rigor, estão excluídos dela e se legitima configurando um novo imaginário de integração e memória com os *souvenirs* do que ainda não existe.

A distância entre a urbanização globalizada e a cidade tradicional, não-integrada, é ainda maior nas megalópoles do Terceiro Mundo. De fato, vários especialistas no assunto (Castells, Hamner, Sassen) fazem questão de diferenciar as cidades propriamente globais das "cidades emergentes". Na primeira série incluem Nova York, Los Angeles, Londres, Paris, Berlim, Frankfurt, Tóquio e Hong Kong como sedes avançadas de atividades financeiras, de seguros, consultoria, publicidade, *design*, relações públicas, gestão de indústrias audiovisuais e informáticas. No segundo grupo, os "centros regionais" emergentes, como, entre outros, Barcelona, São Paulo, Cidade do México, Chicago, Taipei e Moscou, onde a formação de nodos de gestão de serviços globalizados coexiste com setores tradicionais, atividades econômicas informais ou marginais, serviços urbanos deficientes, pobreza, desemprego e insegurança.

O segundo grupo de cidades vive na tensão entre expressões extremas da tradição e da modernização global. Tal cisão cria, ao mesmo tempo, oportunidades de integração internacional e desigualdade, exclusão econômica e cultural. Esses problemas são especialmente gritantes em relação aos jovens, que têm sua incorporação ao mercado de trabalho dificultada, pela desigualdade econômica e pela falta de preparo educacional. *Cidade jovem & local*

A desintegração e a desigualdade, ou seja o dualismo entre a cidade global e a cidade local marginalizada e insegura, são, para muitos centros urbanos, o principal obstáculo para a reinserção nessa nova etapa do seu desenvolvimento. Borja e Castells alertam que um dos grandes riscos da globalização é ela ser feita para uma elite: "vende-se uma parte da cidade, enquanto o resto é abandonado e escondido" (Borja e Castells, 1997: 185). Várias cidades dos Estados Unidos enfrentaram os problemas de insegurança e violência, que no passado comprometiam sua imagem, por meio de políticas específicas de intensa reordenação (nem sempre democrática) e, ao mesmo tempo, apoio a ofertas artísticas e culturais capazes de configurar espaços urbanos atrativos. Nas megalópoles da Ásia e da América Latina, as crises econômicas e financeiras e o atrofamento dos Estados reduziram suas possibilidades de melhorar os serviços e a segurança, mobilizar novos recursos econômicos e culturais com vistas a renovar e expandir sua vida urbana e sua projeção externa. O desemprego só faz aumentar, sobretudo entre as novas gerações.

### A GLOBALIZAÇÃO DAS CIDADES NA PERIFERIA

Se o estudo de cidades como Berlim, Paris e Viena contribuiu para repensar a modernidade, podemos nos perguntar se as pesquisas atuais sobre as transformações urbanas ajudam a avançar nos problemas da teoria da globalização. Se concordamos que as megalópoles, ou ao menos algumas delas, são lugares onde se manifestam os movimentos globalizadores na indústria e nas finanças, nos serviços e nas comunicações, as transformações do espaço público podem fornecer chaves para a compreensão de suas tendências e de sua interação com a cultura local. Concentrarei a análise nas mudanças da simbólica e da visibilidade urbana em algumas cidades latino-americanas, particularmente na do México. Trata-se de entender que papel desempenham os imaginários sobre a globalização a par dos processos "duros" de interdependência econômica e política. Ao mesmo tempo que isto redefine a conceitualização do global, leva-nos a indagar de que maneira o sentido do urbano e da cidadania é reformulado nas assim chamadas cidades globais.

Buenos Aires, Lima e Cidade do México, assim como outros centros coloniais, funcionaram como capitais regionais e articuladoras dos vínculos com a Espanha. Essa interação supranacional persistiu depois dos processos de independência e durante sua formação como nações modernas. As grandes cidades portuárias foram, desde o início do século XX, entidades muito abertas, onde as tradições locais se hibridavam com os repertórios culturais procedentes das metrópoles com que comercializavam: Espanha, França e Inglaterra, nas cidades atlânticas (Buenos Aires, Caracas, Havana, Rio de Janeiro, estas duas últimas numa rica interação com a África), e com os Estados Unidos e a Ásia nas do oceano Pacífico (Lima e Panamá). Encontramos nesses centros antecedentes da globalização, mas com restrições resultantes da lógica colonial ou imperial que privilegiava os vínculos com *uma* metrópole. Até meados do século XX, a estrutura urbana e o significado da vida nessas capitais latino-americanas foram condicionados sobretudo pelo papel que elas desempenhavam como centro político, econômico e cultural de cada nação. Hoje, ao contrário, o que faz do México e de São Paulo cidades globais não é sua condição de capitais regionais, ou suas conexões com um país metropolitano, e sim o fato de terem se tornado focos decisivos de redes econômicas e comunicacionais de escala mundial.

Embora a população da cidade do México tenha passado de 185 mil a 3,4 milhões de habitantes desde meados do século XIX até 1940, a estrutura urbana manteve o traçado quadrangular estabelecido no século XVI pelos conquistadores espanhóis. A vida da cidade se organizava, até cinquenta anos atrás, em um território claramente delimitado, cujo núcleo geográfico, político e cultural se achava no Centro Histórico, constituído pelos edifícios coloniais, os do século XIX e alguns sítios arqueológicos que evocam o passado pré-hispânico.

O Estado foi, durante todo esse período, o principal ator da sociedade nacional e da vida urbana. Construiu uma nação superando, até certo ponto, a divisão entre culturas indígenas e a separação entre regiões do país, integrando-as por meio de uma malha ferroviária, de um mercado econômico nacional, de um sistema educacional baseado na castellanização e da unidade política baseada num único partido e numa única central sindical. Também os bens simbólicos contribuíram para essa unificação: com o artesanato, as artes plásticas modernas e o cinema formou-se um patrimônio cultural que propôs sínteses iconográficas da nação. Esse repertório de imaginários circou em museus nacionais e feiras internacionais, no gigantesco muralismo público e nos filmes que estabeleciam um laço entre a memória camponesa e a nova educação sentimental urbana. A medida que a população se concentrou nas cidades (10% dos mexicanos vivia nelas no início do século XX; sete décadas mais tarde, eram 70%), aglomeraram-se, sobretudo na capital, os centros educacionais, os museus, a monumentalização visual dos sítios arqueológicos e dos edifícios coloniais preservados pelo Estado mexicano, com políticas culturais mais consistentes que em qualquer outro país latino-americano.

Como mudaram o espaço público, os modos de a população se reunir e interagir na cidade do México desde meados do século XX até a atualidade? Quando, em 1950, a capital ocupava basicamente os distritos hoje mais centrais — Benito Juárez, Cuauhtémoc e Coyoacán —, a vida era, em grande parte, tipicamente de bairro. Havia bondes, 22 mil carroças, 60 mil automóveis, e 1.700 ônibus que transportavam um milhão de passageiros por dia (revista *Hoy*). Qualquer habitante podia chegar ao Centro Histórico a pé ou numa viagem de não mais de cinco quilômetros. Uma pequena parte da população se informava por meio da imprensa escrita, outro tanto pelo rádio, que começava a se massificar, ia muito ao cinema, aos salões de dança e aos parques. Não havia televisão nem vídeo. A universidade, as livrarias e os teatros ficavam no centro da cidade.

### DOS ESPAÇOS URBANOS AOS CIRCUITOS MIDIÁTICOS

A transformação da cidade de 3 milhões de habitantes na megalópole atual de mais de 18 milhões foi provocando outras mudanças demográficas, socioeconômicas, no campo da informação e do entretenimento, que receberam pouca atenção das políticas culturais. Nos assentamentos populares do norte e do leste da capital, o desenvolvimento industrial não induziu a criação de museus, livrarias nem salas de espetáculos, existem poucos parques e locais de lazer. Só o rádio e a televisão, a corrida de touros e, a partir de 1985, as videolocadoras, além de algumas bibliotecas públicas, oferecem alguma atividade para o tempo livre. E principalmente nos meios de comunicação de massa que se desenvolve o espaço público para a população.

O que se redistribuiu no espaço urbano nos últimos vinte anos? Em primeiro lugar, as redes de comunicação (imprensa, rádio, TV, vídeo, informática). Também as bibliotecas, os shopping centers — alguns incluem ofertas culturais — e ultimamente as multissalas de cinema. Assim como em Bogotá, Caracas e São Paulo, os circuitos midiáticos ganham mais peso que os tradicionais locais na transmissão de informações e imaginários sobre a vida urbana e, em alguns casos, oferecem novas modalidades de encontro e reconhecimento, como a comunicação através do rádio e da televisão, em programas “participativos” ou de linha direta, ou a reunião em shopping centers que substituem parcialmente os antigos espaços de encontro e passeio. Além disso, muitas dessas ofertas culturais têm a propriedade de vincular grandes setores da população a experiências maciças e de outros países. Assim, muda também o sentido da cidade como espaço-público. Esses meios não apenas favorecem uma interação mais fluida da capital com a vida nacional, mas também com bens e mensagens transnacionais: a megalópole como lugar onde se concentram informações e espetáculos internacionais, filiais de grandes redes estrangeiras, centros de gestão de capitais, inovações e imaginários globalizados.

A cidade do México continua a ser palco de eventos culturais e recreativos localizados que atraem grandes parcelas da população. Os três milhões de peregrinos que chegam em 12 de dezembro à vila de Guadalupe para celebrar a Virgem, os dois milhões que visitam Iztapalapa na Semana Santa, as multidões que se aglomeram no Zócalo para manifestações políticas e nos estádios para espetáculos esportivos são alguns exemplos inevitáveis. Também perduram as festas de santos padroeiros, os bailes em salões e ruas de vilas populares, além de outras práticas locais que não se deixam incluir na industrialização da cultura. A grande cidade continua a abrigar populações que preservam hábitos residenciais e festas de origem rural, com nomes que sintetizam os componentes hispânico e indígena, ligando santos católicos a nomes náuatles, ao mesmo tempo em que seus habitantes mantêm vínculos com a cidade moderna nos seus locais de trabalho e consumo; também continuam funcionando com um perfil relativamente autônomo alguns bairros fundados nos séculos XVII e XVIII, onde se reproduzem práticas e festas daquela época. Esses bairros, obviamente, não são incompatíveis com as rodovias e avenidas expressas que os cortam nem com a presença de edifícios e tecnologias avançados que transmitem imaginários pós-modernos. Em alguns estudos antropológicos recentes que comparam os modos de residência e os imaginários suscitados por várias zonas da cidade, verifica-se que, enquanto os habitantes das vilas e bairros sentem “pertencer a”, os que residem em áreas modernas (condomínios, loteamentos) dizem “morar em” (Portal, 1997).

Essa distinção é valiosa. Mas deve-se reconhecer, como já analisamos anteriormente, os novos modos de pertencimento que fomentam as formas menos

personalizadas de habitar, incluídos, em escala transnacional, os circuitos de consumo (García Canclini, 1995). De todo modo, as atividades contínuas e sistemáticas da maioria, as áreas onde se concentram os investimentos mais pesados e com maior poder de geração de empregos, assim como os espaços e circuitos em que a esfera pública se desenvolve com mais dinamismo e influência, são a imprensa escrita, o rádio, a televisão e os entretenimentos de massa (cinemas e shoppings) ligados a redes transurbanas e supranacionais.

Como ocorre em muitas cidades da América Latina e de outras regiões, na cidade do México se está vivendo um processo de desindustrialização, com o fechamento de fábricas devido à concorrência transnacional, ou sua transferência à periferia e a outras regiões do país por razões ecológicas. Também por causa da recomposição econômica que confere mais importância a atividades terciárias (Nivón, 1998). Há apenas vinte anos, as teorias da urbanização definiam as cidades por suas diferenças com o campo e pela transferência da força de trabalho de tarefas agrícolas para as secundárias e terciárias. Agora, os impulsos mais fortes para o desenvolvimento provêm, mais que da indústria, de processos informáticos e financeiros. E como esses serviços requerem uma infra-estrutura física, mesmo os produtores de maior mobilidade e de territorializados se enraízam nas cidades que contam com recursos tecnológicos e humanos de alta qualificação. A dispersão geográfica das interações globais se combina com locais estratégicos, em muitos pontos do planeta, que espacializam as comunicações.

Numa economia globalizada, as grandes cidades tornam-se cenários que interligam as economias de muitos países, são centros de serviços mais que de produção industrial. Em Nova York e Londres, as indústrias manufatureiras não empregam mais do que 15% da população ativa, e se prevê que no início do século XXI ocuparão entre 5 e 10% (Hall, 1996). Se até há poucas décadas as imagens emblemáticas das megalópoles eram as chaminés das fábricas e as vilas operárias, hoje são os enormes painéis de publicidade transnacional que saturam até a poluição visual todas as vias expressas e os monumentos arquitetônicos pós-modernos, esses altos edifícios corporativos, de vidro reluzente, que na cidade do México estão alterando a paisagem do Paseo de La Reforma, de Polanco, Santa Fe e do extremo sul da cidade.

Deve-se destacar o papel cultural que cumprem os megacentros comerciais nas cidades grandes e médias. Além de expandir o capital imobiliário e comercial, reestruturar os investimentos de maneira concentrada, gerar empregos e extinguir outros do comércio varejista, oferecem cenários para o consumo onde a monumentalidade arquitetônica é associada ao passeio e à recreação. Configuram novos signos de distinção e diferenciação simbólica para as classes altas e médias, valorizam o papel dos produtos e marcas transnacionais na satisfação de necessidades. Muitos shoppings incluem ofertas especificamente culturais tais como

multissalas de cinema, livrarias, lojas de discos, videogames, espetáculos musicais, exposições de arte e áreas de lazer. Com projeto atraente, segurança e higiene, fazem com que seus espaços transcendam sua finalidade comercial e sirvam para o encontro e a socialização, especialmente para os jovens. A combinação desses ingredientes torna-os mais sedutores que os centros exclusivamente culturais e mais confiáveis que outros locais voltados apenas para compras ou passeios. Uma das chaves culturais do seu êxito é o modo como neles convergem diferenciação simbólica e liberdade de comportamento. Entrevistas a usuários mostram que são locais onde o consumo de roupa e outros objetos gera mais distinção, e onde, ao mesmo tempo, o acesso ao entretenimento e aos bens culturais mais "modernos", ou "globais", com maior qualidade de exibição, pode ser feito sem solenidade, vestindo jeans, enquanto se caminha e conversa (Ramírez Kuri, 1998).

Essa enorme transformação do uso de espaços urbanos e de consumo, incluído o cultural, não entrou no debate sobre a cidade, e menos ainda nas políticas culturais. No México, só o shopping Cuicuilco foi motivo de polémica, porque se considerou que sua construção, e a de um edifício empresarial associado, afetaria o centomioniso centro vizinho de mesmo nome, o mais antigo do Vale do México (do século II a.C.), e agravaria seus problemas de trânsito e abastecimento de água. Mas será que só o conflito com a cidade histórica e monumental pode fazer com que se pense em interesses públicos quando se expande a mercantilização do lazer e da visualidade urbana?

Dada a maciça frequência desses centros e sua apropriação privada de recursos públicos, sua instalação poderia ser objeto de estudos e análises de um ponto de vista público, e não só quando afetam um sítio arqueológico. Mas também se poderia pensar — para além da ação reguladora e restritiva que o Estado poderia exercer — em *usos públicos positivos associados aos shoppings centers*. Assim como eles favoreceram certo retorno ao cinema, ao consumo de discos e exposições artísticas, vale perguntar se, neste contexto, poderiam promover outras atividades culturais, de informação e participação ligadas à gestão pública da cultura. Isso já acontece em centros comerciais de Barcelona, Berlim, Londres e outras cidades europeias (Borja e Castells, 1997), onde os investidores nos shoppings devem prever espaços não-lucrativos, como centros de recreação infantil, serviços culturais e sociais.

No México, a lei que regula a televisão comercial estabelece que os canais devem ceder 12% do tempo à difusão de mensagens de interesse público. Por outro lado, no Distrito Federal, a legislação fixou Zonas Especiais de Desenvolvimento Controlado, seja por seu valor histórico, seja para preservar a harmonia do crescimento urbano: quem deseja fazer um uso do solo mais intensivo que o autorizado (ocupação do terreno, nível de construção), devem realizar na área uma contribuição de caráter público para ações de revitalização ou melhoramento urbano.

Não seria possível estabelecer como condição para a construção ou ampliação de centros comerciais a destinação de um certo espaço para atividades culturais não-lucrativas: espetáculos, oficinas de arte, salas de cinema gerenciadas pela cinemateca, centros de serviços informáticos com finalidade social? Assim como se regula o impacto ambiental dessas grandes construções, caberia avaliar o seu impacto cultural e exigir que os empreendimentos comerciais revertessem seus lucros na vida comunitária. Essa reavaliação do valor público dos novos espaços de sociabilidade e consumo poderia ser motivo de uma ampliação da agenda da cidadania, tal como está sendo reelaborada em outras cidades (Holston e Appadurai, 1996).

Embora o crescimento da cidade do México nos últimos cinquenta anos tenha sido impulsionado por sua industrialização e pela consequente atração de migrantes, desde a abertura econômica do país ao exterior no início dos anos 80, as zonas de desenvolvimento mais dinâmico na capital são aquelas ligadas à instalação de capitais transnacionais e à transnacionalização de empresas mexicanas. O Distrito Federal e seu entorno metropolitano se transformaram num dos vinte ou trinta megacentros urbanos do mundo onde se articulam dispositivos de gestão, inovação e comercialização em escala transnacional. Essa mudança é evidente, sobretudo nos 650 hectares reservados, na zona de Santa Fé, aos edifícios de empresas como Hewlett Packard, Mercedes Benz, Chubb Insurance e Televisa, entre outras; a shoppings centers e bairros de alto padrão. Também na remodelação arquitetônica do Paseo de La Reforma, de partes do Polanco, Insurgentes e Periférico Sur, na proliferação de grandes shoppings centers, novos hotéis transnacionais, na modernização das telecomunicações e sua conexão via satélite, na difusão de serviços informáticos, de televisão a cabo e digital, assim como das já citadas multissalas de cinema. Várias dessas atividades introduzem mudanças diretas na oferta cultural e comunicacional; outras reordenam o sentido da vida urbana e os modos tradicionais de apropriação do espaço. Em ambos os casos, o Estado cede seu papel de protagonista a empresários privados e corporações transnacionais.

Para que a globalização da vida urbana se consolidasse e fosse mais do que meros negócios imobiliários, financeiros e midiáticos, seria preciso reformular as relações da política cultural com a esfera pública e com a cidadania. Se as tradições artísticas e artesanais, os museus e os bairros históricos chegassem a formar parte de um projeto de desenvolvimento urbano (e nacional) junto com os sistemas avançados de comunicação e informática, seriam bem outras as possibilidades de intervir nos problemas de desintegração e desigualdade. Talvez mudasse a imagem e a competitividade da cidade (e de cada país) no exterior.

### IMAGINÁRIOS PROVINCIAIS E GLOBAIS

A esta altura da análise, a dualização urbana aparece ligada ao problema da segregação nos processos globais. Em que medida a globalização dinamiza as megalópoles e em que grau acentua sua decomposição?

Se acompanharmos a informação jornalística sobre as grandes cidades latino-americanas, observaremos o crescimento das notícias sobre insegurança e violência, decomposição do tecido social e privatização do espaço público para proteger o privado e individual. Estudos como os de Miguel Angel Aguilar, no México, e Teresa P.R. Caldera, em São Paulo, mostram como os imaginários dessas megalópoles vêm sendo modificados pelas novas formas de segregação e violência. Nas cidades latino-americanas, a segregação se organizou, durante o desenvolvimento modernizador, separando os grupos sociais em diferentes bairros. Depois, para ordenar a expansão urbana provocada pelas migrações e a industrialização desde meados do século, a população foi dividida sob a oposição centro-periferia: as classes médias e altas nas zonas centrais mais bem equipadas, enquanto os pobres se aglomeravam em subúrbios desfavorecidos. Embora esse modelo continue a funcionar, diz Teresa P. R. Caldera em seu estudo sobre São Paulo, dada a proximidade de diferentes grupos em muitas áreas da cidade, erguem-se muros, portões e guaritas, fecham-se bairros residenciais restringindo o acesso a suas ruas, constroem-se grandes edifícios com entradas controladas eletronicamente.

Os cidadãos adotam novas estratégias de proteção que alteram a paisagem urbana, os deslocamentos pela cidade, os hábitos e imaginários cotidianos. Nos bairros populares — as favelas brasileiras, as *villas miseria* de Buenos Aires e seus equivalentes em Bogotá, Lima e México —, os moradores se organizam para cuidar da segurança e até impedir, em certos casos, a entrada da polícia. Setores econômicos poderosos instalam conjuntos residenciais e locais de trabalho fechados à circulação ou com acesso rigorosamente restrito. Instalam-se controles igualmente rigorosos nos shoppings centers e em outros edifícios públicos. Nos últimos anos, a implantação de condomínios fechados tornou-se o principal estímulo para a organização de setores altos e médios das grandes cidades que não costumavam participar de movimentos sociais: seu peculiar modo de exercer a cidadania consiste em isolar-se da confusão urbana mediante a privatização de espaços supervisionados e a restrição da sociabilidade ou dos encontros indesejáveis.

Assiste-se à passagem de uma visualidade multicultultural à reclusão compartimentada. Das cidades a que os provincianos chegam, como explicam os estudos sobre migração, à procura de trabalho e melhores salários, conforto e anonimato, fascinados pelas luzes da cidade, estamos nos dirigindo a centros opacos, reordenados para se ocultar, para não ver nem serem vistos.

Há um contraste entre o imaginário provinciano, para o qual as megálopoles ainda representam horizontes de modernidade e progresso, e, do outro lado, o imaginário internacional, que circula na imprensa, na televisão e em alguns estudos especializados, para os quais cidades como México, São Paulo, Bogotá e Caracas são associadas a problemas como superpopulação, congestionamentos, poluição e violência.

A par do processo de deterioração dos espaços públicos, do crescimento desordenado e da violência segregadora, surgem nos anos 90 novos focos e novas modalidades de desenvolvimento sociocultural. Ao mesmo tempo em que se agravam a desigualdade econômica e urbanística, a desordem do comércio informal e o aumento da criminalidade, algumas capitais latino-americanas elegem pela primeira vez seus governantes (Buenos Aires, México) e outras encontram nos períodos pós-ditatoriais o palco para ensaiar formas mais democráticas de participação e reativar seu desenvolvimento cultural (Santiago do Chile, Montevídeu, Bogotá, São Paulo). Vale destacar algumas experiências realizadas em Porto Alegre, desde o início da década de 90, sob a administração do Partido dos Trabalhadores, para enfrentar o descompasso entre as reivindicações sociais acumuladas e a escassez orçamentária por meio da participação ativa dos cidadãos de todos os distritos na fixação de prioridades para a aplicação de recursos (Jelin, 1998). Outro exemplo é o da cidade de Barcelona, onde a democratização da gestão municipal está ligada a projetos participativos de melhoramento estético como um recurso para incentivar o uso mais intensivo dos espaços públicos e contribuir, assim, para sua segurança (Bojia e Castells, 1997).

A globalização da economia e das comunicações favorece um desenvolvimento mais cosmopolita das cidades. Mas ele não ocorre do mesmo modo em todas as áreas. No campo acadêmico e em outros da vida intelectual, os principais centros latino-americanos multiplicam as visitas internacionais e os fluxos de informação. Enquanto isso, a retração dos Estados e o escasso financiamento privado reduzem a difusão da arte estrangeira em alguns centros outrora muito cosmopolitas, como se observa nas empobrecidas exposições de artes visuais da cidade do México e no teatro de Montevídeu e Bogotá. O cinema, cuja produção decaiu nos poucos países latino-americanos que têm nesse campo uma indústria nacional (Argentina, Brasil, Colômbia e México), e que vinha perdendo salas de exibição, dá agora sinais de reativação, embora a distribuição e todo o sistema multimídia estejam cada vez mais controlados por empresas norte-americanas.

Em quase todos esses campos, as novas administrações urbanas vêm promovendo a melhoria e a diversificação da oferta cultural. Uma novidade está no fato de a abertura internacional se dar não apenas nas metrópoles do Primeiro Mundo, mas também entre as grandes cidades latino-americanas: isto ocorre às vezes por iniciativa estatal (festivais "intercidades", ciclos de cinema e teatro de um país em

outro) e, em outros casos, por meio da associação de empresários privados ou produtores independentes, como Televisa ou festivais de música caribenha que interligam as cidades da América Central e do Caribe com Nova York e Miami. Entre Porto Alegre e Buenos Aires estabeleceu-se outro circuito de intercâmbio entre músicos, artistas visuais e grupos teatrais.

Não é um simples jogo de palavras perguntar com que capital cultural as capitais latino-americanas fazem frente a essas tarefas. Em que medida essa mobilização se apóia hoje num patrimônio próprio (histórico, de produção de música, filmes e vídeos locais) e em que grau depende da importação, de excursões comerciais e, portanto, da mobilização de grandes capitais deslocados, quase sempre regidos por uma estética *light*, de lucros rápidos e passagens efêmeras? Qual a possibilidade de falar em nome da própria cidade e comunicar-se com outras cidades tendo havido a retração de tantos setores da produção local, com editoras falidas ou compradas por transnacionais, grande limitação do cinema e subordinação do pouco que se faz aos critérios comerciais das co-produções internacionais? E bem verdade que essas tendências do mercado são requilibradas, em certa medida, pelas adaptações regionais das cadeias transnacionais (exemplos: as filiais da MTV no México, Brasil e Argentina; as grandes gravadoras). Também se deve correlacionar essas mudanças com as novas tendências do consumo cultural: gostos mais cosmopolitas, predomínio das indústrias da comunicação sobre a cultura local.

Tudo isso tem que ver, ainda, com o fato já citado de a mudança de sentido ter afetado não apenas as capitais nacionais, tendo também deslocado a referência das capitais européias para as dos Estados Unidos. O que Paris, Madri ou Londres significaram em outra época para os latino-americanos hoje representam Nova York, para as elites, e Miami ou Los Angeles para os setores médios. O grande número de artistas e intelectuais e de população de setores médios e populares da nossa região nessas cidades — portanto, de públicos e mercados hispanófonos —, bem como a comunicação fluida entre as comunidades latino-americanas do Primeiro Mundo e as cidades da América Latina, faz necessário pensá-las como capitais culturais latino-americanas (e não apenas referências estrangeiras de prestígio). Temos que nos perguntar, ao fazer política urbana e política cultural, como as políticas transurbanas podem contribuir para o conhecimento e a compreensão intercultural. Vários programas recentes, como as semanas de arte Buenos Aires-Porto Alegre e o Fundo para a Cultura México-Estados Unidos, além da declaração de México D.F. como "cidade-refúgio" para escritores perseguidos, são iniciativas que estimulam esta linha de trabalho.

Esse conjunto de tendências, que não seguem todas a mesma direção e que às vezes são movidas por interesses contraditórios, estão reconfigurando a paisagem cultural latino-americana. Não é um fenômeno que ocorre apenas nas grandes cidades, mas estas concentram — mais uma vez — muitas inovações. São, por

isso, cenários preferenciais para refletir sobre o sentido das mudanças e os desafios que o turbilhão da globalização impõe aos governos urbanos, às empresas privadas e às associações independentes.

Quero destacar, por último, o papel que algumas cidades desempenham na conceitualização do global e nos imaginários que ela suscita. Diferentemente da literatura dos anos 80 e inícios dos 90, organizada sobretudo sobre o eixo de oposição global-local, a bibliografia recente considera o processo de globalização numa "triangulação entre Estado nacional, economia global e localidades estratégicas" (Sassen, 1998: 15). A isto se soma, como quarto referente, a importância de regiões transfronteiriças onde as tendências globalizadoras assumem formatos específicos, por exemplo, Tijuana-San Diego (Alegría, 1992; Herzog, 1990; Valenzuela, 1999), e, de forma ainda incipiente, vários pontos da fronteira Argentina-Brasil.

Analogamente às fronteiras, muitas cidades — entre elas as fronteiriças — são cenários em que o global se espacializa, exhibe as tensões entre globalização e desglobalização, assume formas que diferem de uma fronteira para outra, de uma megalópole para outra (Vila, 1999). Aponto aqui duas consequências: uma é a conclusão metodológica de que os estudos macrosociais sobre a globalização, tipicamente os econômicos e comunicacionais, devem contrastar suas descobertas com os lugares — cidades e fronteiras — onde o global interage com o local e é remodelado por sua história; a segunda inferência é política: as ações culturais que os Estados podem desenvolver em meio à globalização não se esgotam nas indústrias culturais e nos organismos internacionais; resultados específicos podem ser obtidos nas cidades e fronteiras estratégicas onde as nações interagem com o global.

## PARA UMA AGENDA CULTURAL DA GLOBALIZAÇÃO

Vimos que, embora a globalização seja imaginada como co-presença e interação de todos os países, de todas as empresas e todos os consumidores, é um processo segmentado e desigual. Intensifica-se a dependência recíproca entre as sociedades centrais e as elites das periféricas. Ambas têm um acesso mais diversificado a uma maior quantidade de bens e mensagens. Mas até nessas faixas privilegiadas convém distinguir a globalização dos movimentos de internacionalização e transnacionalização, ou a simples agregação regional.

Por razões de afinidade geográfica e histórica, ou de acesso diferenciado a recursos econômicos e tecnológicos, muitas vezes o que chamamos de globalização é, a rigor, a concretização de um agrupamento regional ou entre países com vínculos históricos: asiáticos com asiáticos, latino-americanos com europeus ou norte-americanos, norte-americanos com grupos de países distantes que falam inglês e compartilham seu estilo de vida. As afinidades e divergências culturais são importantes para que a globalização abraça ou não todo o planeta, para que seja circular ou apenas tangencial.

Também observamos que alguns setores da indústria e do consumo são mais propensos que outros à globalização, cujo formato varia em amplitude. A indústria editorial acumula forças e intercâmbios por regiões linguísticas, enquanto o cinema e a televisão, a música e a informática fazem o possível para que seus produtos circulem mundialmente com mais facilidade. As megalópoles e algumas cidades médias (Miami, Berlim, Barcelona), sedes de atividades altamente globalizadas e de intensos movimentos migratórios e turísticos, conectam-se mais facilmente às redes mundiais, mas também nelas existe uma dualização que marginaliza amplos setores.

As condições mais ou menos "objetivas" que distribuem os bens e mensagens entre algumas nações mais do que entre outras, entre atividades mais ou menos planetárias, são esquematizáveis no que podemos chamar dupla agenda da globalização.

1) A narrativa mais recorrente sobre a globalização é a que apresenta a expansão do capitalismo pós-industrial e das comunicações de massa como um processo de unificação e/ou articulação de empresas produtivas, sistemas financeiros, regimes